

O POSITIVISMO E A EDUCAÇÃO
BRASILEIRA NA 1ª REPÚBLICA

Trabalho revisto e alterado para
efeito de publicação, por Evaldo
A. M. Ferreira.

EQUIPE: Alceu W. M. Garcia
Evaldo A. M. Ferreira
Maria Dativa S. Gonçalves
Maura S.C. da Silva

INTRODUÇÃO

Em observância à continuidade dos estudos da Disciplina EDUCAÇÃO BRASILEIRA, que vem desenvolvendo temas diretamente subordinados aos primórdios da educação brasileira e, consequentemente, vinculados com suas origens no berço de suas filosofias.

O objeto do presente estudo é "O Positivismo e a Educação Brasileira na Primeira República", que a partir do levantamento bibliográfico efetivado e reunido foi possível uma atividade, primeiramente, individual, de análise do contexto geral do positivismo desde suas primeiras manifestações para, posteriormente uma consolidação de idéias, características e perspectivas com uma manifestação educacional, no sentido genérico e, ainda, brasileiro.

Como plano do trabalho foi adotado o seguinte sumário: positivismo, suas origens e características; positivismo e a educação; o positivismo no Brasil, influências gerais; positivismo e a educação brasileira consequências e reflexos na política educacional e, por último, uma apreciação do contexto global, imagem formulada pela pesquisa e análise efetivadas.

Curitiba, maio de 1975.

ORIGENS DO POSITIVISMO – CARACTERÍSTICAS

Na segunda metade do século XIX o panorama filosófico se renova, ou melhor, é acrescido de uma nova forma de pensar, em todo o mundo civilizado. Reivindicar o valor das ciências particulares contra as ousadas construções metafísicas do idealismo transcendental e o valor das experiências contra o apriorismo próprio da filosofia romântica é, por assim dizer, a palavra de ordem de um novo e vasto movimento de pensamento chamado Positivismo. Não é ele apenas uma direção chamado Positivismo. Não é ele apenas uma direção filosófica, mas um movimento que informa toda a cultura européia. Representa uma reação contra o apriorismo, o formalismo e o idealismo, exigindo mais respeito para a experiência e os dados positivismo, entretanto, no mesmo âmbito imanentista do idealismo e do pensamento moderno em geral, defendendo, mais ou menos o absoluto do fenômeno.

A diferença entre o idealismo e o positivismo é, fundamentalmente, a seguinte: O idealismo procura uma interpretação, uma unificação da experiência mediante a razão; o segundo, ao contrário, quer limitar-se à experiência imediata, pura, sensível, como já fizera o empirismo. Daí sua pobreza filosófica, mas também o seu valor maior como descrição e análise objetiva da experiência através da história e da ciência – com respeito ao idealismo, que alterava a experiência a ciência e a história. Dada essa objetividade da história e da ciência no pensamento positivista, comprehende-se porque elas são fecundas no campo prático, técnico e aplicado.

O positivismo surgiu como uma reação contra o idealismo e também, pelo grande progresso das ciências naturais, particularmente das biológicas e fisiológicas do século XIX. Tentaram aplicar os princípios e métodos daquelas ciências à filosofia, como resolvido da problema da vida e do mundo, com a esperança de conseguir os mesmos fecundos resultados. Enfim, o positivismo, também graças ao desenvolvimento dos problemas econômicos-sociais que dominaram o século XIX. Sendo grandemente valorizada a atividade econômica, produtora de bens materiais, é natural que se procure uma base filosófica positivista, naturalista e materia-

lista para as idéias econômico-sociais.

O positivismo parte da experiência, mas desagua numa visão unitária e universal do real: unidade da natureza física nas suas leis, unidade da sociedade humana atuada pelas próprias leis. As ciências da natureza devem ter um espírito filosófico e a filosofia deve ser fixada no espírito pelas ciências da natureza. Gnosiologicamente, admite como fonte única de conhecimento e critério de verdade, as experiências, os fatos positivos, os dados sensíveis. A filosofia é reduzida à metodologia e à sistematização das ciências. A única lei é a evolução necessária de uma indefectível energia naturalista, como resultado das ciências naturais.

O positivismo assemelha-se ao empirismo, ao sensismo e ao naturalismo dos séculos XVII e XVIII, mas diferencia-se pelo conceito de "vir e ser": de evolução, considerada como lei fundamental dos fenômenos empíricos, isto é: de todos os fatos humanos e naturais. O idealismo concebia o "vir a ser" como desenvolvimento racional e teleológico, ao passo que o positivismo o concebe como evolução, por causas.

O positivismo, mais que uma doutrina filosófica, é uma método, isto é: "seja qual for o objeto da investigação, considerar a experiência como o único critério da verdade. Embora existam várias formas de positivismo em diversos países, e entre os positivistas entre si, não faltam algumas características comuns, constantes:

1) repor e investigar a verdade nos fatos positivos propiciados pela experiência;

2) considerar as próprias experiências como fonte única do saber e critério último da verdade;

3) acordo e quase identidade entre cognição filosófica e cognição científica; de um modo que os problemas filosóficos e as eventuais conclusões tenham a objetividade dos problemas científicos;

4) atitude agnóstica ou negativa diante dos problemas da metafísica, que nos leva além da experiência, nos devaneios da crítica dos elementos apriorísticos do conhecimento;

5) concepção mecanicista da natureza e deter-

minismo dos fatos naturais e humanos (sociais);

6) monismo (unidade do real) mesmo se alguns positivistas afirmem a distinção entre matéria e espírito;

7) gênese, explicação e justificação dos valores espirituais, consoante a evolução biológica e as leis da psicologia empírica;

8) Importância da análise como crítica da experiência.

Para o positivismo, a ciência é entendida como a revelação do Ser, o progressivo realizar-se do Infinito, a solução de todos os problemas, a instauração de uma nova ordem social, a nova "religião da humanidade" que torna supérfluas todas as outras religiões, tradicionais e é a garantia infalível do melhor destino do homem, como indivíduo e como membro da sociedade. A moral, a política, a religião, toda a atividade humana é canalizada à ciência, a grande esperança, a soberana possibilidade do homem. A nova sociedade técnica industrial tem o seu fundamento e a sua garantia na ciência.

Podemos distinguir no positivismo duas direções fundamentais: O POSITIVISMO SOCIAL, que coloca a ciência como fundamento de uma nova ordem social e religiosa; e o POSITIVISMO EVOLUCIONÍSTICO, que vê na evolução o fundamento de toda a realidade natural.

O POSITIVISMO SOCIAL tem como suas maiores expressões:

- CLAUDE HENRI DE SAINT SIMON, que responsabiliza como lei infalível que governa o processo social, a sucessão de épocas orgânicas e épocas críticas.

- AUGUSTO COMTE, que apresenta o sociologismo como exigência de reformar a vida social e política de modo a construí-la numa nova unidade.

- CARLO CATTANEO, que na Itália reelabora, através de uma interpretação positiva, algumas teses de Saint Simon.

- JEREMY BENTHAM e JOHN STUART MILL fazem destacar-se o positivismo, que é chamado de utilitarismo no mundo inglês, pelo qual a filosofia teórica e prática é instrumento de renovação social.

Para Bentham, a reforma social fundamenta-se em obter a máxima felicidade possível, do maior número possível de indivíduos. É preciso considerar em todo o prazer, a intensidade, a duração, a certeza, a proximidade, a pureza das consequências dolorosas, a fecundidade, a extensão.

Stuart Mill modificou dois pontos do utilitarismo de Bentham: no cálculo dos prazeres, além da quantidade, é preciso levar em conta a qualidade, isto é, eles se distinguem também pela sua maior ou menor nobreza. Existe também a ação desinteressada, isto é, executada para o bem dos outros.

Mill dá uma formulação rigorosa ao método induutivo: inclusive os axiomas matemáticos e os princípios lógicos são relações de associações tão acentuadas que parecem necessários.

O Positivismo evolucionístico tem em Spencer sua grande expressão. Evolução e progresso são dois princípios-base do positivismo spenceriano.

MOMENTO SOCIAL EM QUE SURGIU AUGUSTO COMTE

Quaisquer que sejam a originalidade e o poder criador de um homem de gênio, seus trabalhos não podem subtrair-se à influência das correntes de pensamento características de sua época.

Surgiu Augusto Comte na época em que todos os esforços e preocupações estavam voltados para o problema de reconstruir a sociedade, abalada em seus próprios fundamentos pela Revolução Francesa. Era preciso restaurar ou construir, sobre bases novas, um regime novo, "não se comprazendo a humanidade em habitar ruínas", na observação de Saint Simon.

Dividiam-se as cabeças pensantes da Europa em dois campos: umas voltadas para o passado, na esperança de fazerem reviver as antigas instituições; e outras, dirigidas para o futuro, em busca de novos sistemas políticos. Chateaubriand, De Maistre, De Bonald organizavam e conduziam o partido retrôgado, que se esforçava em restabelecer o passado, enquanto Saint Simon, Owen, Fouvier e outros, chefiavam o partido revolucionário que oscilava de acordo com as ficções sociais ditadas a cada qual pela sua própria imaginação.

De uns e de outros distingua-se Augusto Comte pela sua clara percepção da natureza científica da obra a ser encetada. Aos sistemas arbitrários, puramente fantasiosos, ele contrapunha uma física ou ciência social, fundada na observação do volver histórico e dos fatos sociais do presente.

Pesquisador da Encyclopédia, sucessor imediato de Condorcet, Furgot, Kant, Hume, Diderot e Montesquieu, proclamou, em 1819, aos 21 anos: "É preciso fundar, fora da teologia, uma ciência Social positiva, como a astronomia, a química e a fisiologia, e cujas concepções sejam sujeitáveis de verificação".

Para a reorganização social e a descoberta das leis que regem os fenômenos correspondentes, Comte, preliminarmente, fez um balanço de todos os conhecimentos científicos acumulados até então, a fim de depurá-los dos elementos metafísicos e de torná-los homogêneos e coerentes, coordenando-os exclusivamente através do método científico ou positivo. Efetuou um exame completo dos métodos lógicos, instrumentos e conteúdos de todas as ciências, desde a matemática até a biologia. Uma vez fundada a sociologia, esforçou-se por tirar dela todos os resultados filosóficos, políticos e morais.

Sua obra compreende dois momentos:

O primeiro conduz ao Curso de Filosofia Positiva e vai de 1818 a 1842; o segundo, ao Sistema de Política Positiva, indo de 1842 a 1856.

Na observação de Littré, "a filosofia positiva resulta de duas operações: a determinação dos fatos gerais de cada ciência fundamental, e o agrupamento e coordenação desses fatos. Determinar os fatos gerais de uma ciência particular e coordená-los, é fazer a filosofia dessa ciência. Esse trabalho, sempre árduo, mesmo quando se limita a um único setor científico, torna-se imenso quando se estende ao domínio inteiro do que Augusto Comte chama as seis ciências fundamentais - matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia".

"Determinar os fatos superiores de todo o saber humano, coordená-los, segundo o método natural, tirar deles uma concepção real do mundo, constituir uma noção suficientemente positiva para estar de pleno

acordo com os elementos científicos e suficientemente geral para fixar o lugar e o valor que lhes cabem no conjunto "é a construção de Augusto Comte, cuja "espinha dorsal" no dizer de Stuart Mill, é formada pela "lei dos três estados".

Esta lei foi assim formulada: "Pela própria natureza do espírito humano, cada ramo de nossos conhecimentos é necessariamente sujeito, em sua marcha, a passar, sucessivamente, por três estados teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício; o metafísico ou abstrato e o estado científico ou positivo, fazendo-se esta passagem sempre de acordo com a ordem de generalidade decrescente e de complicaçāo crescente dos fenômenos correspondentes".

É necessário observarmos que, o essencial é não considerar os três estados como etapas bem nítidas que a humanidade houvesse sucessivamente percorrido. O próprio Comte insistiu: "são as diversas manifestações intelectuais que passamos por essas três etapas separadamente e em momentos diversos para cada uma delas".

"Essa evolução intelectual caracteriza a marcha da civilização, mas esta não se executa seguindo uma linha reta. Compõem-se de uma série de oscilações progressivas, mais ou menos extensas e mais ou menos lentas", afirma Comte.

A classificação das ciências de Augusto Comte foi, de um modo geral, adotada pelos sábios de todos os países.

A epistemologia está presente no conjunto da obra de Comte em novas perspectivas. Nada apresenta de comum com o jogo verbal dos ontologistas: apóia-se sobre as leis estáticas e dinâmicas que presidem à elaboração e à coordenação das idéias. Desenvolve o princípio segundo o qual toda a economia do entendimento humano é regulada pela lei geral que subordina os fenômenos mais nobres aos mais grosseiros.

POSITIVISMO E EDUCAÇÃO

Prof. Arbousse-Bastide eleva Comte à categoria dos grandes teóricos da educação, descobrindo no tema educativo o "fio condutor" da unidade do comtismo, a pista que permite, na evolução do pensamento de Comte, encontrar a continuidade de um esforço único, destinado sempre a "regenerar" a humanidade.

O papel nuclear da idéia de "educação universal", que informa as diversas etapas do pensamento de Comte. A idéia educativa, enquanto "aperfeiçoamento da ação para melhora do agente" está presente nos trabalhos de Comte desde a juventude. Reformador social, crendo que cabe aos sábios a direção espiritual da sociedade, Comte comprehende logo que o sábio não pode ser educador se antes não educar-se "na escola da humanidade". Nessa idéia o Cours de Philosophie Positiva, de Comte, é um verdadeiro tratado de pedagogia prática para uso das "altas inteligências" desejosas de se dedicar à regeneração social - e que vem a ser, em certo sentido, a história de sua auto educação intelectual. Pretende, Comte, estabelecer o sistema de educação preliminar a que deverão submeter-se os sábios voltados para o problema da física social e da regeneração humana.

Em seu "manifesto antipedantocrático" marca o rompimento com os "sábios oficiais" considerados pelo autor, definitivamente ineptos para assumir a função educativa que será a tarefa exclusiva e fundamental do poder espiritual na época.

Outro ponto considerado necessário é a educação das classes desprovidas de toda cultura mental. Este contato popular leva Comte à "descoberta" do proletário, como representante do "bom senso" por que não contaminado por uma educação bastarda que vicia irremediavelmente os "sábios" especialistas. O proletário há de tornar-se o aliado do poder espiritual e Comte se lança à tarefa de conquistá-lo. A partir daí a educação não será mais uma simples aplicação, ela se torna a razão de ser do positivismo, "seu primeiro meio de ação, sua única oportunidade".

Com a revolução de 1848 e o advento da República, Comte vê na queda da realeza, o sinal da nova

era, que a política há de subordinar-se à moral, em que a inteligência e a atividade há de subordinar-se ao sentimento.

O advento da Clotilde de 1844 a 1846 e a revolução de 1848 são a ocasião para Comte, de aprofundar seu pensamento. Até então acreditara na preponderância da inteligência e no papel dos sábios, enquanto insistira na sua construção sociológica, muito mais nos problemas dinâmicos do que nos estáticos, mais no "progresso" do que na "ordem". Nesta nova fase o coração assinala a sua preponderância indiscutível e a "ordem". Nesta nova fase o coração assinala a sua preponderância indiscutível e a "ordem passa ao primeiro plano e a "estática" sobreleva a dinâmica. Se o progresso é o desenvolvimento da ordem, como já mostrara o "Cours de Philosophie Positive" e desde que, pelo menos nos seus aspectos fundamentais o progresso já tenha "cumprido o seu papel" levando a humanidade ao seu estágio final, é claro que o problema estático deve preponderar. E, sendo a fase da ordem e do coração, Comte proclama a aliança do "homem da natureza" de Rousseau e estabelece a aliança da mulher com os filósofos, com o "Discurso sobre o Conjunto do Positivismo", que enfatiza a educação sentimental, estética e intelectual da mulher e o proletário.

O coração e a inteligência harmonizados exigem a instauração de uma religiosidade positiva, na qual a educação tende a universalizar-se até abranger a totalidade da existência humana uma universalização educativa que levaria à conjunção da educação com a moral prática. E quando surge a parte do "Sistema de Política Positiva", em que o método objetivo dá lugar ao método subjetivo, e instala a "religião da humanidade".

Este novo momento do pensar comtiano - o método subjetivo consiste em "considerar a escala enciclopédica, partindo do sujeito, não individual, mas coletivo". Com a sociologia, o espírito reencontra, em larga parte, sua unidade e por conseguinte torna-se sujeito, desde que tomado por centro de perspectiva.

Esta segunda apreciação sobretudo estática, tende a reincorporar, no coração de cada ciência, o coeficiente de realidade que a abstração tinha necessariamente desconhecido. As "categorias de acontecimentos"

voltam a tornar-se seres, existências ou estados.

Uma transmutação, na direção do concreto, é operada no conjunto da escala enciclopédica, já que cada um de seus graus é considerado em função do único sujeito real revelado pela sociologia. No curso da própria elaboração do sistema e em íntima conexão com as longas meditações sobre a classificação positiva das funções interiores do cérebro, irrompe no pensar de Comte, a sétima ciência, a moral, no extremo da escala. A sociologia, no sistema, revelava plenamente o sujeito, mas um sujeito "universal". A moral, ligada ao mesmo tempo à Biologia e à Sociologia, revela o sujeito individual, "órgão e agente do sujeito universal". A instituição da sétima ciência, repõem em toda a sua amplitude, o problema da educação. O sistema não a descuidara, seja traçando as regras da educação "propriamente dita" do estado normal, seja esboçando as medidas e instituições educativas próprias à transição orgânica. A "educação universal", entretanto, se limitava aí, no que concerne ao estado normal, à minoridade do indivíduo, sem cobrir inteiramente todas as etapas da vida. Só o "plano de minha moral prática" de 1857, identificará moral prática a educação e "universalizará" de vez o processo pedagógico. Conjugada finalmente à moral, sob a presidência do sentimento, a educação abrangerá a totalidade da existência, desde a preparação da mãe até à incorporação no Grande Ser.

A identificação final entre moral e educação, coroa a tese do Prof. Arbousse Bastilde, que vê no problema pedagógico, o fulcro do pensamento comtiano e a idéia central de sua evolução. É ela, a educação, que finalmente resolve o problema da passagem da teoria à prática, do abstrato ao concreto.

Para Roque Spencer Maciel de Barros, a "Pedagogia de Comte" se é que assim podemos chamar, não visa o homem democrático, nem metafísicas revolucionárias. Filósofo da ordem, não concebendo o progresso senão como a algo imanente a ela, o que singulariza a visão de educação para Comte é a idéia de "desenvolvimento", que transborda do campo psicológico para o terreno histórico.

Formulando a lei dos três estados, Comte integra de vez a noção de desenvolvimento individual: à

educação ganha uma dimensão nova. Porque há um desenvolvimento do espírito do homem, há também um desenvolvimento do espírito humano. A história revela e educação espontânea da humanidade, que é paralela ao desenvolvimento do espírito do homem. Mas, se é a marcha do espírito do indivíduo que regula a humanidade se é no homem, enquanto ser biológico, que está o esboço da ordem que só a humanidade, pelo progresso, pode levar da "potência" ao "ato", nem por isto será o exame do espírito individual que nos informará sobre as leis do seu desenvolvimento. Este é potência que se atualiza paulatinamente e, portanto, só na humanidade se poderá buscar o homem.

A educação é possível e sempre está ligada ao estágio da humanidade, assim como exige que o espírito humano atravesse suas etapas todas, desde o fetichismo inicial até a era normal, para que possa ser formulada.

Essas considerações permitem estabelecer o princípio pedagógico fundamental, de acordo com o qual a educação individual há de ser uma "recapitulação" abreviada, em termos sistemáticos, da educação espontânea da humanidade. Este princípio, tomado exclusivamente como princípio intelectual iria inspirar, por exemplo, a concepção da "pedagogia da inteligência" de Spencer, que conduz ao princípio de uma educação integral, em que a preponderância pertence ao coração, ou seja, à moral.

A educação, então, é o processo que obedecendo à lei do desenvolvimento histórico, leva de certa forma a superá-lo. Com ela, o homem "economiza" a experiência e adquire num período da vida, o que a humanidade conquistara lentamente.

As escolas não são julgadas favoravelmente segundo Comte. Não visam elas, senão as especialidades e não formam senão meios sábios, espécies de monstros intelectuais obtidos por uma cultura intensiva.

No dizer de Alexis Bertrand, "a educação, exclusivamente familiar e absolutamente espontânea até os 7 ou 8 anos deve consistir sobretudo na cultura dos sentidos, no desenvolvimento da destreza natural, pelos jogos, e na aquisição de bons hábitos. A mãe deve ter a alta direção desse período. Dos 7 ou 8 anos até a puberdade, a educação, sem cessar de ser doméstica

e dirigida pelas mães, se tornará meio sistemática, muito livre ainda, mas não mais inteiramente espontânea, e será estética, formando-lhe a base do ensino a poesia, a música e o desenho. Só depois dos 14 ou 15 anos é que deve começar a instrução científica.

BRASILEIROS NA EUROPA PRIMEIROS CONTATOS COM O CRIADOR DO POSITIVISMO ANTECEDENTES BRASILEIROS

Aceitando apenas o espírito geral da doutrina e o seu método, sem aderirem ao culto e às prescrições da Religião da Humanidade, foram os positivistas independentes que, nas últimas décadas do século passado tornaram possível encontrasse entre nós ressonância política a ação sistemática da Igreja e Apostolado Positivista.

Sem esses positivistas independentes (muitos dos quais ingressaram no magistério superior e secundário, militaram na Imprensa, participaram do Governo Provisório, da Constituinte e das assembleias e governos estaduais, além de ocuparem altos postos no Exército e na Marinha, no funcionalismo, na diplomacia e na magistratura) quase nula teria sido a influência política do Apostolado, freqüentemente envolvido em problemas de ortodoxia e cerimâncias litúrgicas.

As raízes das ações do positivismo no Brasil estão longe no que se refere às atividades do Apostolado, geralmente vinculadas aos fatos.

No que diz respeito ao Positivismo, que, na linha de Bacon e Descartes, de modo mais direto sistematizou a reação do espírito moderno contra a metafísica medieval, vêm quase do seu nascedouro os primeiros contatos de brasileiros com ele.

Assim, o Visconde de Taunay, em suas "Memórias" já se refere que em 1855 teria sido aluno do Professor Antonio Machado Dias, que por seu turno, foi ouvinte do mestre positivista, em França. Outros, na época de 1832 a 1840, estão relacionados como alunos de Comte, como: José P. de Almeida (1836-1837), Patriício d'Almeida e Silva, Agostinho Roiz da Cunha e Antônio de Campos Belos (1837-1838) e, ainda, Araújo Pinho (1839-1840).

Destes nomes que freqüentaram na Escola Poli-

técnica de Paris os cursos de Augusto Comte, três brasileiros foram seus alunos particulares: José P. d'AT meida, Antonio de Campos Belos e Agostinho Roiz da Cunha.

Conforme observa o Dr. Antonio Caldas Coni, a primeira referência pública feita ao Positivismo no Brasil, diante dos documentos até hoje conhecidos, foi a tese do Dr. Justiniano da Silva Gomes- Plano e Método de um Curso de Fisiologia - apresentada para conquista de uma cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia, sustentada em 5 de setembro de 1844; ao que parece foi o primeiro positivista brasileiro. Augusto Comte, exercendo sobre a biologia de seu tempo uma influência tão profunda quanto a que lhe coube ao fundar a sociologia, interessante é assinalar que a primeira manifestação de sua doutrina no Brasil se tenha registrado no campo biológico e não, como se supunha, no domínio matemático.

Importa indicar, também, as relações de uma brasileira - Nísia Floresta - que desde 1838 mantinha um Colégio no Rio de Janeiro. Tão grande era a curiosidade intelectual de Nísia, que a levou em 1851, a vir em Paris, uma das conferências realizadas por Augusto Comte. Poucos anos depois entabularia relações de amizade com o filósofo. No Brasil, Nísia manifesta por publicações efetivadas, sua preocupação degradados de uma sociedade escravista teriam sobre a formação das gerações jovens. Produziu, também, o "Opúsculo Humanitário", que ofereceu a Comte. O opúsculo mereceu a leitura do filósofo, que a respeito escreveu a Laffitte: "desde que fiquei inteiramente livre, fiz as leituras excepcionais que espontaneamente prometeria. O opúsculo em português, além de revelar-me que eu sabia indiretamente mais uma língua, inspira-me sólidas razões para esperar que se torne a nobre dama, sua autora, dentro em breve, uma digna positivista, suscetível de alta eficácia para a nossa propaganda feminina e meridional".

Desde 1850 haviam começado a repercutir na Escola Militar do Rio de Janeiro as doutrinas comtianas. Miguel Joaquim Pereira de Sá, defendeu tese positivista sobre os princípios de Estática. Joaquim Manso Sá, tese comtiana sobre os fundamentos da Hidrostática.

Em 1852, Manoel Maria Pinto Peixoto ingressou na congregação dessa escola com uma tese sobre o cálculo diferencial, inspirada na Filosofia Positiva e, ainda em 1855, ingressou também, Augusto Dias Carneiro, defendendo tese sobre Termologia.

Em 1857, ano de sua morte, que Comte conquistou um dos discípulos que maior influência exerçeriam na propagação de suas idéias no Brasil: Benjamin Constant.

Por volta de 1860, três brasileiros que frequentavam escolas belgas - Luiz Barreto, Francisco Antonio Brandão Júnior e Joaquim Alberto Ribeiro de Menonça - travam conhecimento com o Positivismo.

Em correspondência a Laffitte, Luiz Barreto afirmava que o Positivismo não encontraria, entre nós oposição séria, porquanto as Câmaras Legislativas haviam atingido o auge do descrédito, enquanto o clero, além de ignorante era extremamente desmoralizado. Já em 1865, de volta ao Brasil, sustenta uma tese de feição positivista: "Teoria das Gastralgias e das nevroses em Geral", acentuando-se, também, sua obra: - "As Três Filosofias", é valido indicar que muito produziu intelectualmente, sempre em polêmicas sobre temas de fundamento social e de grande valia ao desenvolvimento cultural-científico brasileiro.

O POSITIVISMO NO BRASIL

Suas influências e alcance na implantação da República e consequências

Os elementos mais autorizados, ou que se presumiam autorizados, a representar em sua pureza original a pregação Comtista, os do chamado Apostolado, eram um grêmio demasiado reduzido, demasiado inflexível, para desempenhar, na vida brasileira, um papel à altura dos seus grandiosos planos. Desprezavam mesmo os elementos essenciais para o proselitismo, a tal ponto que sem adesistas deveriam, de início, assumir solene compromisso de não ocupar cargos políticos, não lecionar em escolas superiores ou institutos congêneres, não colaborar em jornais, e não auferir lucros pecuniários de seus escritos. As leis científicas do verdadeiro progresso da Humanidade haveriam de cumprir-se fatalmente.

Coerentes com esses princípios, os do Apostolado, aprovando, embora, a solução republicana, porque a realeza hereditária estava condenada, segundo eles, pelas imutáveis leis naturais.

Como se pode imaginar, pouco perigo haviam de oferecer esses positivistas "praticantes" para a estabilidade das instituições. Mesmo com relação ao problema da abolição do trabalho escravo, que não podiam deixar de condenar, de acordo com as lições do Mestre, não se tinham mostrado muito afoitos, entendendo que a libertação dos cativos haveria de ser bem orientada e prudente.

Tudo há de aparecer forçosamente a seu tempo, afirmavam os positivistas teóricos, condenando os homens públicos da espécie de Silva Jardim, que não renegava nenhuma das teorias de Comte, apenas não era bem um teórico, era um homem disposto a levar adiante na prática, as suas idéias: Para isso estava disposto a ingressar na política. Aspirando ao progresso, mas querendo, ao mesmo tempo, que prevalecesse a ordem, preferiam os positivistas sofrer a acusação de sustentar o governo do que serem tachados de anárquicos ou revolucionários.

Entretanto, alguns republicanos iam ao ponto de se dar por pregueiros de idéias subversivas ou anárquicas, mas os positivistas ortodoxos apoavam o poder, mesmo quando dissentissem dos poderosos porque sabiam que a mudança se daria sem recurso às insurreições. Nem insurreição, pois, nem submissão absoluta: firme resistência passiva era o quanto bastava.

Os positivistas queriam a queda da monarquia, mas queriam-na sem estrondo e, se possível, com a cooperação solícita do próprio imperador. Sua idéia era dar ao imperador os meios de ganhar prestígio suficiente para estabelecer a sucessão pela forma "inaugurada na ditadura romana". O sucessor, nesse caso, poderia, mas não necessariamente, pertencer até à família do chefe, como acontece nas monarquias hereditárias, desde que merecesse aprovação nacional a sua escolha.

A isso chamavam República, pois a República de seus sonhos era o contrário da que pleiteavam os agitadores de rua. Era, sim, a república prescrita pela política científica e pela moral. (ver anexo sobre a

Ditadura Republicana, segundo Augusto Comte).

Queriam uma "república" onde Sua Alteza (A Princesa Isabel) encontrasse um ministro capaz de ser, para ela, aquilo que fora Pombal para D. José I, ou José Bonifácio para D. Pedro I. Em carta pública o Apostolado, em 1º de outubro de 1888, declarava que os positivistas querem que o imperador institua a ditadura republicana, apoiando-se diretamente no povo, "com a eliminação política da burguesocracia escravista, isto é, com a eliminação do parlamentarismo".

Se perguntassem aos do Apostolado sobre o que preferiam, se a Instituição histórica representada por um "despotismo histórico-militar, ao mesmo tempo retrôgado e anárquico, alimentado pela corrupção nacional, a que se dava o nome de monarquia, e a república democrática, que não era mais do que um despotismo metafísico, com parlamento igualmente corrupto", não haveria naturalmente resposta, porque as alternativas eram absurdas.

Mais tarde, logo depois de proclamar-se a República, em carta datada de 17 de novembro de 1889, M. Lemos e T. Mendes, irão dirigir-se ao cidadão Gen. Deodoro da Fonseca, advertindo-o contra a tentação de implantar no Brasil uma República democrática. Além disso o monarca deixara de dar ouvidos àqueles que lhe assinalavam a norma única que a política científica havia traçado aos estadistas ocidentais. Durante dez anos, diziam, não se cansaram os do Apostolado de proclamar ao Imperador a urgência de transformar-se em Dítador Republicano, libertando-se da roupagem teológica-metafísica de que o encobriu o regime decaído.

Em mais de uma ocasião, aliás, os diretores do Apostolado insistem em esquivar-se de qualquer responsabilidade na proclamação da República: previram-na, mas não contribuiram conscientemente para que ela surgesse de uma insurreição.

Em circular do Diretor do Apostolado, correspondente a 1889, lia-se esta passagem: "Importa notar (...), que não nos cabe a mínima responsabilidade pela insurreição republicana, de que só tivemos notícia depois do fato consumado". Sobre a posição tomada pelos diretores do Apostolado logo em seguida à sedição que estabeleceu o novo regime, poderiam estes invocar

e a invocariam em outra oportunidade, as palavras de Comte numa carta de 1856, onde declarava que os positivistas, uma vez vencedoras as revoluções feitas à sua revelia, tratariam de utilizá-la para assim apresentar o advento de uma política positiva. Seu dever estaria primeiramente em prever as tempestades, esforçando-se por prevení-las, depois em procurar abrandá-las e, por fim, em utilizá-las.

A transformação do país, tal como se deu, foi o efeito da falta de visão política imperial. Torna-se pois claro que esse núcleo central do positivismo nem quis a mudança do regime, tal como se deu, nem a aprovará depois de consumada, ainda que o seu empenho de guiar a República para o bom rumo, o levasse a congratular-se com os donos da nova situação.

Se a violência é condenada, não o é menos a vã agitação das ruas contra um governo estabelecido, por pior que seja esse governo. Onde se manifestem agitações, o papel do bom positivista não está em tomar este ou aquele partido, ou em intervir neste ou daquele modo, salvo quando seus conselhos possam servir para prevenir, moderar ou inutilizar o movimento. Pode ser degradante bajular governos e poderosos do momento, mas, não menos degradante é querer lisonjear as multidões, e nem se torna mais legítima a violência quando a exerce o povo, do que a pratica o governo: essa a lição de Comte. Em face de uma autoridade injusta ou agressiva, preferível é a submissão à rebeldia, porque, segundo o raciocínio mecanicista desses doutrinadores, uma submissão forçada fará com que indiretamente venha a prevalecer o altruísmo, por isto ela comprime o egoísmo.

Para os homens de pouca fé, entretanto, para os impacientes, para os ignorantes, para os superficiais, a boa inteligência de algumas dessas explicações há de oferecer dificuldades insanáveis.

Como acontece com todos os evangelhos, o de Comte prestava-se a interpretações múltiplas e até contraditórias. E no Brasil tivemos o exemplo de Silva Jardim, Lauro Sodré, e o Major Gomes de Castro, entre outros. Este último, prevaleceu-se de frases destacadas do Mestre, que não continham todo o seu pensamento ou, o que era mais frequente, servia-se de partes

de sua obra. Assim ele procura justificar o motim militar de novembro de 1904, somado a uma revolta popular de protesto contra a vacina obrigatória. Apoiando-se em citações do Mestre do positivismo, procura demonstrar aquele oficial que Comte defendeu e aconselhou contra as tiranias, um apelo, não apenas atual, como normal, às revoluções no passado, no presente e no futuro.

UM ENFOQUE REGIONAL

A rigidez imposta pelos fundadores da Igreja e do Apostolado positivista do Brasil, ocasionou uma ruptura da doutrina com a realidade social brasileira da época. Formaram-se dois grupos distintos: os ortodoxos e os dissidentes. Segundo Ivan Lins, a religião caiu no ridículo quando M. Lemos e T. Mendes, seus fundadores, criaram uma espécie de missa, com rituais semelhantes à missa católica. Existem também analogias entre comte e Cristo, Clotilde e a Virgem, o apóstolo é o padre.

O ostracismo dos positivistas tem origem também nos estatutos da Igreja (já referidos no presente estudo).

Um dos compromissos era não colaborar no jornalismo, nas palavras do Prof. Salvador Petrucci, "antigamente os jornais eram pasquins, só partidários. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação social, esse item pode ser banido. O positivista deve batalhar no jornalismo para difundir a doutrina e conseguir adeptos". E em meados de 1965 o positivismo escreveu um artigo inflamado no Correio do Povo, com o título: "Ordem e Progresso". Foi a reação a um movimento de modificação da bandeira nacional que Décio Vilares, escultor e pintor positivista, idealizou na República. A interpretação religiosa e filosófica da bandeira é a seguinte: o verde, reminiscência do império, representando a esperança no futuro, é o Grande Fetiche; o amarelo, o Grande Ser, representa a integração racial; o azul, o grande meio, simboliza o ideal elevado.

Em 14 de julho de 1891, a Constituição de Júlio de Castilhos adiantava-se a outras do Novo Mundo, dando regalias aos trabalhadores. A aposentadoria por

exemplo.

Segundo Guilhermino César, antes de adquirir foros de doutrina regiamente definida, o positivismo era para os rio-grandenses, o amor da ciência exata e significava também sentimento republicano. O trabalho brasileiro nasceu de raízes em partes positivas (naqueles pontos em que seus programas refletiam idéias, sentimentos ou sugestões de Getúlio Vargas).

"Deus é pura abstração mental com diferentes nomes, mas revestida da mesma significação", disse Getúlio Vargas, quando jovem.

O maior nome do positivismo brasileiro foi Benjamin Constant. Ele era professor do Colégio Militar. O Colégio Pedro II e as Escolas Militar e Naval foram os primeiros locais que aderiram ao positivismo.

O POSITIVISMO E OS MILITARES

É ilusório, no entender de Comte, cuidar que o declínio continuado do espírito guerreiro pudesse atingir as profissões militares, acabando por dispensá-las. Esse declínio jamais poderá ferir a profissão militar de uma proscrição social, equivalente à que, segundo o destino irrevogável da filosofia teológica, ameaça, para o futuro, a corporação sacerdotal.

Examinando a lei do serviço militar, os positivistas iniciaram questionamentos sobre o chamado "sorteamento" e, posteriormente, o recrutamento. A militarização do Brasil era impossível na opinião do Apostolado. Os próprios militares declaravam-se contra essa monstruosidade.

Na evolução histórica nacional, o militarismo foi sempre mal visto. A Humanidade oferece, segundo os positivistas, na sua evolução, duas fases sucessivas: uma em que prevaleceu a guerra e outra, em que já entra a preponderar a indústria. A noção de Pátria, portanto, varia segundo o regime histórico: é uma no regime militar e é outra no regime industrial. No primeiro supõe-se o predomínio da guerra; no segundo os positivistas supunham preponderar o amor...

Contrário à ordem moral e ao progresso das sociedades modernas, o militarismo deve ser pois eliminado. Essa eliminação é o resultado da chamada "mar-

cha irresistível da civilização".

Assim, nas condições em que se achava o Império nos últimos tempos da monarquia, fácil se verifica o alastramento no Brasil, entre a classe militar, e particularmente no exército, uma filosofia visceralmente pacifista, e que não deixa lugar para uma casta guerreira no Ocidente regenerado. Uma das explicações dessa aparente anomalia estaria no fato de, sobretudo depois da Guerra do Paraguai, a classe militar tender, do ponto de vista político, a aparecer freqüentemente como um corpo oneroso e parasitário, que, numa época de crise, comoa que o país atravessava, só servia para consumir recursos que poderiam, com grande vantagem, ser aplicado, por exemplo, na instrução pública ou em benefício da lavoura, esteio da economia nacional.

Entretanto, se é certo que a própria filosofia positiva admite o desaparecimento total da guerra, na parte mais adiantada e progressiva da humanidade, nem por isso deixa de dar às classes militares uma função precípua na sociedade regenerada, que só poderá dignificá-las por todos os aspectos.

EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA 1ª REPÚBLICA

A República não representou o início de uma nova política educacional. Assim, na filosofia educacional republicana vemos pouco mais que uma mitificação em torno da "liberdade de ensino", formulações retóricas sobre a "importância e o valor da educação" e sugestões tiradas dos exemplos das "nações civilizadas". Todos estes aspectos já serviam de temas aos longos debates educacionais provocados pelos liberais do império; é exatamente pela conversão de muitos deles ao republicanismo que esses temas são incorporados, sem muito aprofundamente, à propaganda republicana. Além disso, com a República limita-se a possibilidade de montar um sistema nacional de educação. A tendência unificadora que é percebida no final do IIº Império, mostrando claramente um intento de organização mais unificada da educação, chocar-se-á frontalmente com o entendimento do princípio federativo, consubstanciado na Constituição da República de 1891, que delegará aos Estados toda a competência em relação à

instrução primária, bem como a organização do ensino em geral e reservará à União (não privativamente) a atribuição de criar instituições do ensino secundário e superior nos Estados e prover a instrução no Distrito Federal (antes Município Neutro).

A instrução secundária e superior na capital do país foi posta diretamente sob a jurisdição do governo central que transferiu em 1892, à órbita dos poderes municipais do Distrito Federal, o ensino primário e profissional, que estavam no Império a cargo da União: "Em vez de arredar os obstáculos à organização de um sistema geral, a República não fez mais do que agravá-los, repartindo entre a união e os Estados as atribuições na esfera da educação e renunciando explicitamente ao dever que lhe indicavam as instituições democráticas de dar impulso e traçar diretrizes à política de educação nacional".

Com a descentralização, cuja forma inicial é o Ato Descentralizador de 1834, o ensino desenvolver-se-á ao sabor das possibilidades econômicas dos Estados, evidenciando naqueles com melhores condições infra-estruturais, maiores possibilidades de atendimento à sua própria educação primária e normal, principalmente. (por exemplo, São Paulo).

No entanto a linha de desenvolvimento educacional enquanto pensamento pedagógico é a mesma e é o mesmo o espírito que a norteia" um desenvolvimento tradicional, cujas bases estão firmadas na Colônia e no império. O estudo é literário e livresco, formalista e juridicista, refletindo-se em praticamente toda a legislação escolar da 1ª República, com exceção da Reforma de Benjamin Constant.

A criação do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, em 1890, dá início a uma sequência de reformas educacionais que marcam o quadro educacional da 1ª República. Todas elas, de um modo ou outro denunciam a preocupação mais ou menos clara de fazer do ensino secundário não apenas uma passagem para o curso superior, e por outro lado a tentativa de fazer virar um ensino secundário de caráter formativo em oposição a um sentido apenas preparatório. No entanto vamos perceber no decorrer das reformas, que os ajustes tentados nem sempre chegarião a ter êxito porque basicamente colocam-se em oposição às expectativas da classe

se social em ascenção (classe média) de uma rápida legitimação desta ascenção através do diploma (o título) de curso superior.

BENJAMIN CONSTANT - a Reforma dita Positivista - ("A Deusa da Razão visita os Trópicos").

O primeiro ocupante do famoso ministério é um militar bastante ligado ao oficialado jovem da Escola Militar do Rio de Janeiro, e sobre este exercendo nítida influência.

Segundo Fernando de Azevedo, Benjamin Constant Botelho de Magalhães seria muito mais influenciado do que penetrado das idéias de Augusto Comte. Assim, ao assumir o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos (segundo alguns, expediente político para afastá-lo do Ministério da Guerra e consequentemente da possibilidade de liderar os jovens oficiais em direção às novas idéias) procurará fazer uma reforma radical de toda a instrução no Brasil, em todos os níveis e no sentido vertical e horizontal. Assim proporá a reformulação da instrução pública primária e secundária do Distrito Federal e do ensino superior, artístico e técnico em todo o país. Proporá reformas para as Faculdades de Direito e Medicina, Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Escola de Minas de Ouro Preto, Escola Militar, Academia de Belas Artes, Conservatório de Música que passou a Instituto Nacional de Música, Imperial Instituto de Cegos que passou a Instituto Benjamin Constant e o Instituto de Surdos e Mudos do Rio de Janeiro. Propõe ainda a criação do "Pedagogium", inspirado no "Bureau of Education" da América do Norte, para que fosse um centro impulsor das reformas e de centralização e divulgação de idéias pedagógicas.-

As reformas que parecem denotar a influência mais clara do positivismo, embora do "não ortodoxo", são as que se realizam na Escola Nacional do Rio de Janeiro e no Colégio Pedro II que passa a chamar-se Ginásio nacional. O currículo do Ginásio Nacional é proposto segundo a série hierárquica das ciências abstratas de Comte, com duração de 7 anos e seriação obrigatória (ver em anexo). A Reforma Benjamin Constant propunha ainda, como uma forma de atingir os preparatórios e possivelmente eliminá-los, uma série de exames:

a) Suficiência: Seria feito para as matérias

de cada série do currículo;

b) Finais: para as matérias que fossem sendo concluídas no currículo;

c) O de madureza: um exame ao fim do curso, para a verificação da cultura intelectual obtida ao fim de 7 anos. A aprovação no exame de madureza habilitaria automaticamente aos Cursos Superiores.

Os estabelecimentos públicos estaduais que se guissem o plano pedagógico do Pedro II também poderiam dar a seus alunos os mesmos direitos de prosseguimento de estudos. Mais tarde este direito é estendido aos estabelecimentos particulares equiparados.

A influência positivista em Benjamin Constant parece ser muito mais próxima de um pensamento científico do que propriamente positivismo ortodoxo do Apostolado Positivista do Brasil. Haja vista que os positivistas ortodoxos eram contrários às soluções para os problemas da educação tais como a obrigatoriedade do ensino e a criação de universidade (A Universidade conforme Teixeira Mendes: 1882 - 2a ed. R. J.).

É Rui Barbosa que afirmou o desconhecimento de Benjamin Constant da política de Comte. As suas reformas particularmente as do ensino primário, norma e secundário, constituem-se segundo Rui, a prova evidente de que Benjamin Constant estava apenas imbuído de idéias positivistas, sem mais profundidade, no entanto. Ele não refletira suficientemente sobre as concepções de educação, expressas nos tratados de filosofia e política positiva ou deduzidas do seu sistema filosófico. Assim, nada mais contrário às doutrinas pedagógicas de Comte, do que incluir qualquer das ciências da classificação positivista num plano de estudos para meninos de menos de 14 anos. Para Augusto Comte a educação para essa fase da criança deveria ser antes de caráter estético e baseada na poesia, na música, no desenho e no estudo das línguas. Deste modo, tentando restaurar o sentido formativo do ensino secundário para superar sua função apenas preparatória, Benjamin Constant leva a um grau extremo a tendência ao enciclopedismo como uma alternativa à unitária formação classicista.

Sem suprimir a parte tradicional do currículo secundário: estudo do latim e do grego, a parte prin-

cipal do curso de sete anos se apóia no estudo das ciências fundamentais (ordem lógica da classificação c_mtiana). A fisionomia enciclopédica será garantida pelo acréscimo de várias outras disciplinas, tal como o estudo do português. Se o currículo literário clássico tendeu a degradar-se no sentido do jornalismo disciplinar, o ideal de formação enciclopédica (segundo Benjamin Constant) nem sequer poderia ser seriamente ensaiado; seu intelectualismo e grandiosidade excediam a capacidade de aprendizagem do adolescente.

De qualquer modo a Reforma Benjamin Constant rompe com a tradição clássico-humanista e através do exame de madureza, seu ponto alto, procura tirar do ensino secundário o caráter meramente propedéutico. Assim imprime novos rumos ao ensino brasileiro, impossibilitando uma volta ao passado.

O exame de madureza, talvez o aspecto mais relevante da Reforma, será o mais combatido. Os preparatórios (parcelados), eram ainda uma força muito grande numa sociedade emergente (mercantil) que valoriza os moldes velhos da educação para as profissões liberais e daí a aceitação dos preparatórios (império) como forma de acesso rápido à universidade.

As reformas e iniciativas de Benjamin Constant vão se perdendo com o decorrer do tempo. Algumas providências nem chegam à prática (Reforma da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e da Escola de Minas) e outras são mutiladas. O exame de madureza sofre adiamentos constantes. Em 1889 são pela primeira vez executados, em 1899 retornam e em 1910 são nivelados aos preparatórios.

As reformas do ensino fundamental, primário e secundário, normal e militar sofrem críticas exacerbadas dos positivistas ortodoxos.

Enfim, o caráter fechado e rígido das idéias positivistas sobre a educação, opunha-se à tradição educacional brasileira de soluções sucessivas e imprevistas, acompanhando a evolução econômica, social e política do país.

As críticas feitas acusavam as reformas de Benjamin Constant de tendenciosas e envolvidas com o espírito de sistema, acrescendo-se ainda toda a oposição que se manifesta por parte da Igreja Católica que mantinha em face do positivismo uma atitude de preven-

ção, desde que a República, separando a Igreja do Estado (A Igreja acusava o governo republicano de ateísmo e influenciado pelo positivismo) e laicizando o ensino, tira-lhe o monopólio da orientação espiritual, deslocando a influência clerical para um plano secundário.

Assim, a influência de Benjamin Constant será um tanto efêmera e pouco a pouco será solapada a sua tentativa original, pelo menos, quanto ao rompimento das tradições educacionais brasileiras.

Se examinarmos as reformas do ensino secundário, no primeiro período republicano, verificaremos que, a não ser a de Benjamin Constant, nenhuma delas introduziu alteração substancial na sua estrutura inteira, nem procurou extirpar de nossos ginásios o seu caráter utilitário, nem cuidou da formação do magistério secundário. Assim teremos as seguintes reformas:-

1898 - AMARO CAVALCANTI:- reduz o esquema de Benjamin Constant e propõe 2 tipos de cursos - realista ou prepedêutico (6 anos) e clássico ou humanista (7 anos) - A seriação dos cursos continua obrigatória e o exame de madureza restringe-se a determinadas disciplinas. Os exames são estendidos às cidades que possuissem curso superior e estabelecimentos particulares equiparados. Os exames preparatórios parcelados continuam. Apesar do dispositivo constitucional que tratava a disposição de dar ao ensino secundário, unidade e orientação, o controle do Estado sobre o ingresso às escolas superiores será feito pela exigência do diploma de bacharel (Pedro II (Ginásio Nacional) - estabelecimentos públicos e particulares equipados.

1901 - CÓDIGO EPITÁCIO PESSOA: Significa esta reforma um retorno a tradição humanística. O ensino secundário é reduzido a 6 anos.

No começo do século XX as idéias pedagógicas revolucionárias que se passam no mundo refletem-se no Brasil. O estabelecimento das escolas protestantes, trazendo novos métodos pedagógicos baseados na observação e experiência terão grande influência no Brasil. Registraram-se também grandes debates no Parlamento, denunciando a educação formalista então vigente, descompassada com a nova estrutura social.

1911 - RIVADAVIA CORRÉA: contra o sistema tra

dencial, insurge-se o Ministro Rivadávia Correa, que através da "Lei Orgânica" leva o liberalismo político às últimas conseqüências dentro de um positivismo ortodoxo.

Retira a interferência do Estado sobre a educação, julgando que sem as peias oficiais a educação poderia desenvolver-se segundo as necessidades emergentes. A desoficialização dessa forma era o corolário fundamental do princípio de liberdade profissional assinalado na Constituição da República. Procurando tirar o caráter de elite da educação, ele suprimiria os diplomas porque achava que substituindo-os por modestos e democráticos certificados ele conseguiria destruir o anelo da burguesia, que sempre fora a aristocratização, pelos títulos. Não conseguiria, Rivadávia, seus intentos. Uma simples lei não derrubaria a tradição remota da finalidade do ensino brasileiro. Instituiu o exame vestibular para libertar o ensino fundamental do sentido de preparatório para o superior. Reduz o número de aulas e a média anual bastará a promoção. Faz modificações no currículo do Pedro II para dar-lhe finalidade prática: proporcionar uma cultura geral aplicável às exigências da vida.

Os resultados desta reforma são desastrosos. As escolas superiores crescem em grande número no Rio de Janeiro e nas capitais, pela facilidade do ensino livre. O ensino secundário quase desapareceu e a matrícula no Pedro II decresceu sensivelmente.

1915 - LEI MAXIMILIANO: Esta lei será bastante realista. Não se caracterizará por inovações, mas por tirar das Reformas anteriores os pontos positivos.

Reoficializa o ensino e aproveita: de Benjamin Constant, a equiparação dos colégios estaduais; de Epitácio Pessoa, o currículo do Pedro II e a equiparação estendida aos estabelecimentos particulares; de Rivadávia Correa, os exames vestibulares; e finalmente do Império, os exames preparatórios (parcelados) que seriam realizados perante bancas nomeadas pelo Conselho Nacional de Ensino, nos estabelecimentos oficiais, mas abertos aos alunos dos colégios particulares

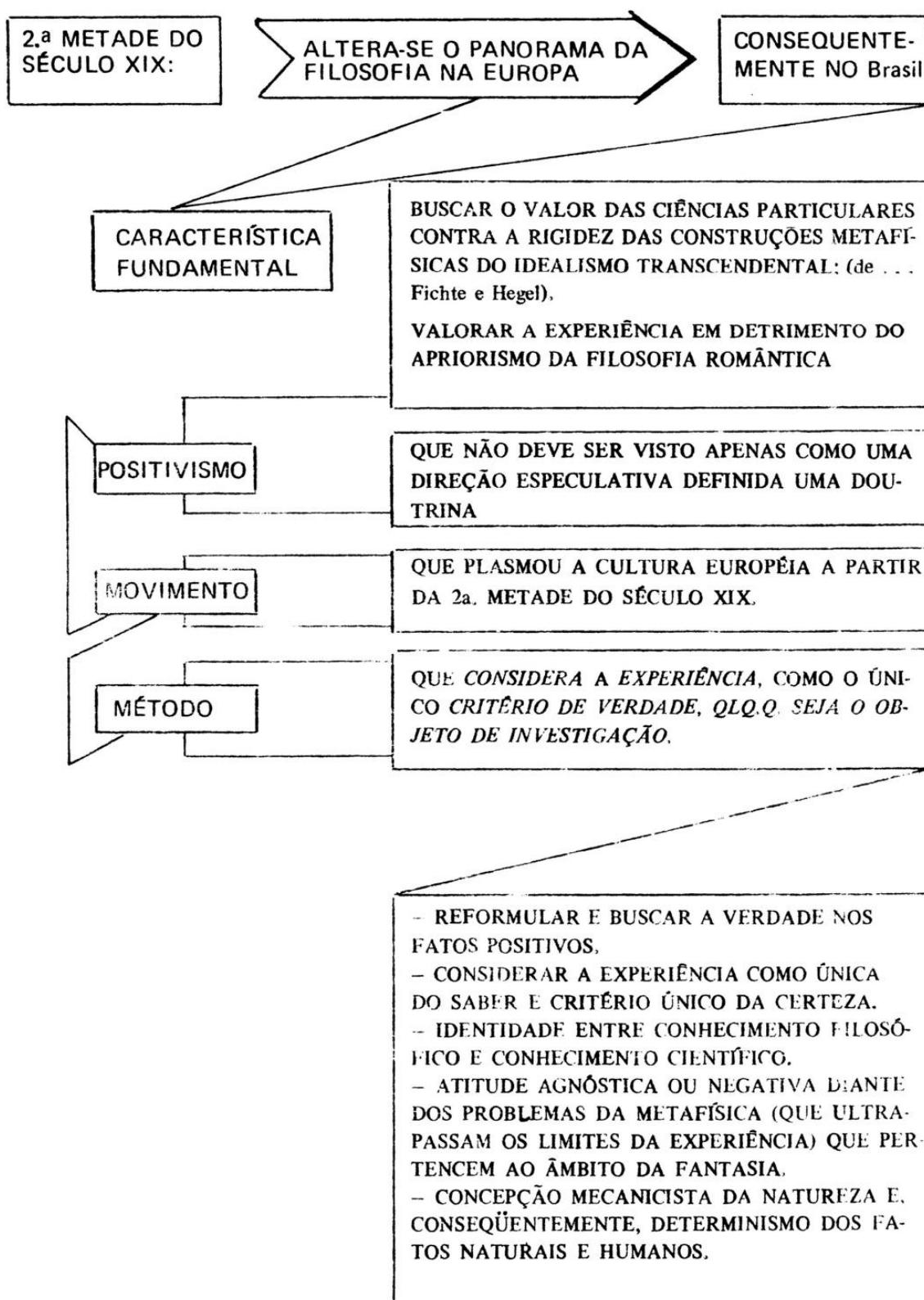
1925 - Reforma Rocha Vaz (João Luiz Alves): Esta reforma terá como finalidade preparar para a vida, qualquer que fosse a profissão a que o aluno se desti-

nasse. A seriação é obrigatória (6 anos). Equiparam-se os estabelecimentos públicos estaduais e os particulares deveriam requerer Bancas Examinadoras ao Departamento Nacional de Ensino.

Esta reforma é norteada por uma idéia moralizadora e não inovadora. Os reflexos da nova mentalidade educacional que ocorria no mundo e que dā origem às várias reformas europeias de pós guerra, além da influência do pragmatismo americano chegam ao Brasil e se expressam no Congresso Brasileiro de Instrução Secundária e Superior, na fundação da Associação Brasileira de Educação, nos debates educacionais na Imprensa e no Parlamento, além de influenciarem importantes reformas do ensino primário e normal nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.

As sucessivas remodelações que ocorrem na República, regimes de ensaios arbitrários e parciais oscilavam quase todas sem largura de conceção e de visitas e presas ainda às questões mais elementares de organização, entre o regime de preparatórios e o curso seriado, com escala pelos exames parcelados e entre o sistema do ensino oficial (com o ensino padrão e os colégios equiparados) e o ensino inteiramente livre, como o que estabeleceu a Lei Orgânica em 1911, que desoficializou o ensino e substituiu o regime das amplas autonomias. De todas essas Reformas, as duas únicas que corresponderam a um sistema de idéias e trouxeram, como expressões do positivismo no Brasil, um conteúdo filosófico mais ou menos definido - a Reforma Benjamin Constant, em 1890, e a Lei Orgânica de Rivadávia Correia, em 1911, foram, no entanto pelo seu caráter de espírito de sistema, as mais radicais e as mais distanciadas do meio a que se destinavam. Aquela pretendendo sob a influência das idéias positivistas, dar um caráter científico ao plano de estudos secundários, não fez mais do que constituir um tipo de ensino encyclopédico; e esta, que não chegou a atingir, como a de Benjamin Constant, a estrutura do ensino secundário, tirou-lhe o cunho oficial, subtraindo-o à interferência do Estado e reinstituindo por lei o regime de livre competição ou concorrência que se estabeleceria sob a pressão das circunstâncias, em todo o império.

1) ESQUEMA BÁSICO PARA UMA TENTATIVA DE CONCLUSÃO:



- UNIDADE DO REAL, NÃO OBSTANTE ALGUNS POSITIVISTAS AFIRMAREM A DIVERSIDADE DA MATERIA COM RELAÇÃO AO ESPÍRITO.
- GÊNESE, JUSTIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DOS VALORES ESPIRITUAIS SEGUNDO A EVOLUÇÃO BIOLÓGICA E AS LEIS DA PSICOLOGIA - PSICOLOGISMO.

A CONTECEU

- Com relação à Filosofia Romântica especulativa;
- Se mantendo em constante expansão, penetrando de modo profundo, inclusive nas direções de pensamento que, como o Neokantismo, por exemplo, se propuseram a conhecê-lo.

DESSA FORMA

POSITIVISMO

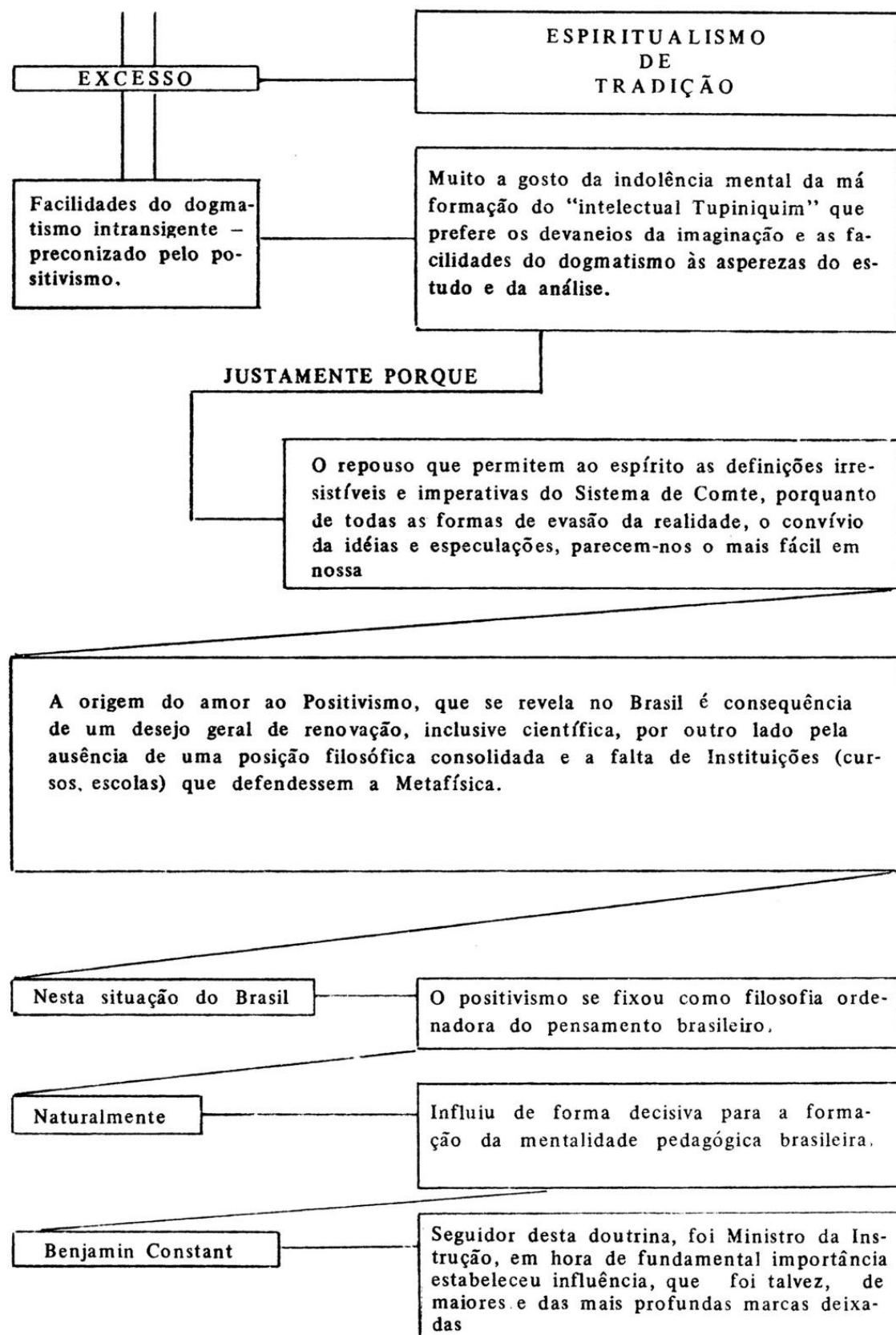
SUCESSO NO BRASIL

Se constitui numa teoria do saber que se nega a admitir outra realidade que não sejam os FATOS e INVESTIGAR outra coisa que não sejam as RELAÇÕES ENTRE OS FATOS.

**ADMITE FATOS
INVESTIGA RELAÇÕES ENTRE FATOS**

- Exige das CIÊNCIAS uma posição que partisse de fatos, tomados no sentido de objetos perceptíveis e
- que se limitasse a comprová-los e enlaçá-los como leis.

- Desprezo à Metafísica
- Confiança ilimitada na Ciência
- Critério de verdade o método da Ciência (enquanto fatos)
- Fenômenos - positivo



2)

O COMTISMO E A EDUCAÇÃO

O Apostolado positivista sempre primou pela observância rigorosa dos ensinamentos do Fundador da Religião da Humanidade.

Comte, embora tivesse grande vocação para o magistério, procurou ingressar na carreira pedagógica, entretanto nunca passou dos cargos menores. Rivalidades mesquinhas, agravadas por seu orgulho, fecharam-lhe todas as portas.

Terminou largando tudo, após um último incidente. Ressentido com o ensino oficial de sua pátria, e não podemos deixar de reconhecer a injustiça feita a ele.

Resolveu acabar com a “pedantocracia” o “academicismo”, para quando viesse o Estado Positivo.

NADA

- de programas determinados pelo governo;
- de intromissão do “poder temporal” na órbita do “poder espiritual”.

A Educação deveria estar a cargo da Igreja da Humanidade

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO POSITIVISTA NO BRASIL ACONTEceu DE DUAS FORMAS:

DIRETA

Clara, apaixonada em nossas questões educacionais – A Reforma Benjamin Constant, por exemplo.

INDIRETA

Produzida pela difusão de princípios positivistas na população LETRADA do país, durante os tempos iniciais da República.

DIRETA

A participação direta do Apostolado Positivista na mentalidade educacional brasileira foi, como afiás quase toda a influência do positivismo no Brasil, mais material que formal. Nem sempre se encontram casos de adoção expressa de princípios Comtianos em nossa legislação. Isso porque a influência dos "Apostolos" Miquel Lemos e Teixeira Mendes não foi nunca exercida diretamente sobre a opinião pública brasileira. Sua ação restringia-se quase que ao círculo limitado dos membros da Igreja Positivista. Os positivistas, que agiram diretamente na "consciência coletiva de nossa gente, eram "mundanos demais para serem perfeitos comtistas. E nos domínios pedagógicos, a ação do Apostolado Positivista do Brasil constituiu em defender os princípios educacionais de "Augusto Comte, contra a "pedantocracia". Combatendo a existência do ensino oficial, evidentemente que não poderiam modificar a sua organização.

A primeira dessas "intervenções" foi contra a criação de uma universidade (1882) - Ministério Saravia.- O jargão dessa posição era o dogma: "Ciência oficializada não existe".

Na verdade, contudo, era o positivismo que T. Mendes defendia inconscientemente ao combater a existência de uma universidade no Brasil. Esse sentimento inconfessado (e talvez mesmo inconsciente) de que a pesquisa científica seria a morte do comtismo, o levou a forjar todos os seus argumentos contra a universidade.

Uma boa universidade no Brasil seria o fim do comtismo. Tenhamos em mente que em Recife, São Paulo. e Ouro Preto, centro de ciências de grande importância (amostra do que poderia ter sido uma grande universidade brasileira) houve forte reação ao positivismo.

Uma universidade tem razão de existência na pesquisa e procura da verdade. Onde ela estiver e quanto mais avançar na realidade, esta nos foge, daí se justificar o aparecimento das especializações, como imperativo da complexidade da realidade. Os cursos de filosofia passam a ter, portanto, a tarefa de salva-

guardar a unidade das ciências em todas as universidades dignas desse nome.

Para que especializações?

Comte havia descoberto a verdade. Não seriam inúteis e nocivas quaisquer tentativas de procurar a verdade fora da "Philosophie Positive" ou fora da "Politique Positive".

Uma boa universidade é o centro de manutenção e desenvolvimento de cultura. Mas Comte proibia os seus discípulos de qualquer alteração de detalhes na sua obra, não poderia desejar outro ensinamento que o realizado por discípulos assim entendidos. Diante dessa visão preconceituosa, como aceitar uma universidade com alguma veleidade de pensamento crítico? Esta instituição possui a dupla função de transmitir e renovar a cultura, mas a filosofia comtiana não tem este tipo de expectativa pois a Verdade já fora encontrada em termos absolutos e aí está o problema: transformar uma técnica, um método, uma especialidade em ciência unificadora das demais.

Foi o que fez Comte. Aplicou o método positivo experimental - que dera bom resultado na física e na química a todas as ciências. Se nas ciências físicas isto é possível e certo, já nas Ciências Humanas, fracassa. O Método Matemático, experimental, é o adequado às ciências físicas, mas não serve de critério de valor para as Ciências Humanas, que possuem todo o direito de serem concebidas como ciência.

Comte fez, afinal, uma obra de especialistas, aos quais tanto atacava e acreditava que seriam os perigosos frutos de uma Universidade. Tinha a deformação própria dos professores de matemática, apesar de não ser um grande matemático.

Acusavam, os comunistas (T. Mendes o mais expressivo) brasileiros, que a nossa cultura era literaria demais. Os nossos doutores eram médicos, legistas, politécnicos. Só viam o mundo através dessas três profissões e que portanto não tínhamos professores à altura, não havia ninguém com condições de compreender e criticar o "Cours de Philosophie Positive". Este argumento, entretanto, não possui muita consistência, tendo em vista as inúmeras críticas que aqui surgiam,

por esta época, com relação ao positivismo, demonstrando, já que existiam pessoas suficientes para ler, compreender, criticar e recusar os ideais de Comte.

Depois da luta contra a universidade que não veio, temos em 1895 J. Mariano de Oliveira, combatendo um projeto de ensino obrigatório. Em 1896 era T. Mendes quem intervinha. Toda vez que o governo brasileiro, no Império ou na República, tentava tomar alguma medida com relação à Educação - invasão do poder temporal nos domínios do espiritual - protestava o positivismo.

O regime imperial não tinha as características desejáveis pelos positivistas - Lei dos três Estados - e principalmente com o "Système de Politique Positive"; surgiu assim a República, com uma organização política mais em conformidade com a "era de transição" na qual os positivistas poderiam depositar suas melhores esperanças. Um positivista "incompleto" - Benjamin Constant - sem nenhuma ortodoxia, mais imbuído das idéias, do que um convicto, Benjamin, contrariando determinações expressas de Augusto Comte, aceita a extravagante pasta de Instrução, Correios e Telégrafos. Logo que toma posse tão híbrido ministério, começa a reformar o ensino nos seus diversos níveis; as escolas militares; os ginásios; e muita coisa mais. Foi uma geral transformação, para pior, na opinião autorizada do Pe. Arlindo Vieira (apud. Oliveira Torres J. C. de - "O positivismo no Brasil"). Desses reformas, a mais importante foi a do ensino secundário. Apesar dos elogios que mereceu do Sr. Vicente Lícílio Cardoso... (conf. A Margem da História da República - apud. Oliveira Torres, J. C. de). Porém seu insuspeito biógrafo, Teixeira Mendes, analisa do seguinte ponto de vista a Reforma:

"Data daí o descalabro do Ensino no Brasil". e Vicente Lícílio Cardoso nos diz que foi "um análgama dos mais incongruentes".

No conjunto desses decretos e regulamentos, nota-se, antes de tudo, certo número de lacunas que, a nosso ver, explicam as insuficiências do sistema de ensino, cuja base se prende aos primeiros dias da República. A maior dessas falhas reside na ausência da Faculdade de Ciências e Letras. Todos os estabeleci-

mentos de ensino superior são essencialmente profissionais. O sistema de ensino é, assim privado de sua peça principal. Sem Faculdade de Ciências e Letras é inexequível a obtenção de professores secundários.

Nenhum instituto, de fato, foi criado nesse largo período, para as diversas culturas científicas, sem ideia de aplicação profissional, e, no domínio das escolas técnicas, especiais, as poucas iniciativas dispersas e isoladas, nem denunciavam qualquer plano de conjunto, concebido de acordo com uma nova política de educação, nem exprimiam ou logravam suscitar um movimento de interesse pela cultura técnica, agrícola e industrial, econômica e social no país.

Entre os dois termos "literário-jurídico" e "profissional-utilitário", dominantes em todo o império, começa a intercalar-se toda uma gama de termos intermediários que ainda gravitam de preferência, em torno do termo médio "literário-profissional" que é o traço característico mais acentuado de nossa cultura e de nosso sistema de educação.

As instituições científicas criadas não partem de planos de uma política governamental interessada em promover os estudos científicos. Nasceu, todavia, para enfrentar necessidades práticas, tais como surtos epidêmicos; e se porventura adquirem alguma expressão científica, será devida à participação de pessoas individualmente dotadas, por ex. Oswaldo Cruz.

Arbousse Bastilde aponta-nos duas causas para o insucesso da Reforma: "a crítica feroz de T. Mendes e a reação dos professores, diante da inexequibilidade do Sistema". A intenção de Benjamin foi adotar em bloco a classificação da ciência, como programa de ensino secundário. Bem ou mal, seria comtismo oficial.

A Reforma de Benjamin Constant era a coisa mais herética que se propunha em nome do positivismo. Segundo T. Mendes, o poder "Temporal" (governo), não se deve misturar com as coisas do poder "Espiritual". (ensino). -

Mandar ensinar o Catecismo Positivista nas escolas públicas nada resolve" segundo ele. "O governo não tem competência para escolher doutrinas, métodos e pessoas para o ensino", continua T. Mendes. "pois estas são atribuições da Igreja da Humanidade".

INDIRETA

Por toda parte, por motivos os mais diversos possíveis, permaneceu entre nós um modo de pensar positivista, muito sutil e pouco visível. Formou-se assim, nos meios educacionais brasileiros, uma espécie de sub-consciente positivista. Sem dúvida alguma, foi este espírito nitidamente positivista da mentalidade educacional brasileira a mais funda e douradoura das influências das doutrinas comtianas no Brasil.

Devido a ser um fenômeno generalizado, e, além do mais, inconsciente, não podemos determinar os seus contornos. Mas podemos ter como certo que a mentalidade brasileira em relação aos assuntos educacionais, foi até muito pouco tempo nitidamente positivista. Não uma influência oficial e declarada, nem mesmo a adoção de princípios nítidos e definidos, uma coisa no gênero da preponderância do pragmatismo americano de James, Dewey, etc, em tempos mais próximos.

A influência positivista a que nos referimos foi toda inconsciente. Formou-se um estado de espírito, uma posição de inteligência em face dos problemas suscitados pela realidade educacional, inteiramente de acordo com os postulados comtianos e que era adotada geralmente, inclusive por pessoas declaradamente anti-positivistas.

Quais foram as causas que moldaram essa mentalidade?

Segundo Comte a inteligência é apenas uma "inteligência fabricadora" (*connaitre pour prévoir - prévoir - prévoir pour prévoir*). De acordo com esse ponto de vista, Augusto Comte elaborou sua classificação das ciências. O objeto formal dessa classificação era a atividade útil sobre o mundo. Assim, só seriam "ciências" as que permitissem com êxito uma ação sobre o mundo real. Não haveria lugar para a psicologia, e a biologia teria que ser uma física do vivo e a sociologia a física social. Esta é a característica essencial do espírito positivista, porquanto somente caberia o nome de ciência, de conhecimento certo, àquele saber que pudesse ser controlado pela matemática, depois de registrados os fatos pela experiência, e fosse útil para a vida: "Tivesse um interesse social de-

monstrado", no dizer de T. Mendes.

Esta mentalidade dominou longos anos no Brasil, não só no governo, mas em todo o povo. Para se verificar isso, basta apenas olhar o que pensavam governo, professores, estudantes e o povo em geral, sobre o ensino secundário e universitário. Sem forçar muito, poderíamos afirmar que esta mentalidade positivista ainda é dominante em certos meios.

A concepção clássico-humanista de ensino, por exemplo, se propõe a dar aos jovens uma formação geral sólida, com predomínio de estudos teóricos e formais, com o objetivo de formar-se espíritos aptos a aprender as ciências e não sábios em algumas delas por meio de cursos de arcabouço.

Como podemos observar, nossos cursos que se situam entre as primeiras letras e a universidade não possuem a preocupação de formar espíritos sólidos ou ágeis, mas se preocupam, principalmente, com estudo de ciências. A universidade se caracteriza por ser um centro de cultura. No Brasil assumiu o papel de escola técnica de profissões liberais. A não ser no domínio das matemáticas, em que influira a filosofia positivista, concorrendo para o desenvolvimento desses estudos, nas academias civis e militares, não trouxe o positivismo ao Brasil, qualquer contribuição ponderável ao progresso das ciências. É que o positivismo penetrara no país, não como um "método de investigação", mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar científica ou mesmo empírica (cientificista-científicode), e sobretudo como uma filosofia social política e religiosa, que teve e ainda tem seus partidários. Esse positivismo que é um método e não uma doutrina; que parece repudiar o "a priori" e pretende proceder por via experimental, que se inspirava, como lembra Stuart Mill, numa doutrina geral, que Comte aprendera no método das ciências físicas e nos escritos de filósofos anteriores: esse, se teve seus adeptos no Brasil, nem lhes penetrou muito profundamente no espírito, nem se estendeu bastante para exercer influência sensível no desenvolvimento do espírito crítico e experimental do gosto das ciências exatas.

Os cursos de Filosofia (oficiais) existem de muito pouco tempo para cá e já estão em vias de extinção.

Evidentemente, o positivismo não é uma exclusividade de Comte. Um Spenceriano pensaria muito semelhantemente. Os pontos de partida de ambos foram os mesmos e os resultados um pouco diferentes. |Spencer |na sua "Classificação das ciências", defende-se da acusação de discípulo do Mestre Augusto Comte, alegando origens comuns e pontos de vista semelhantes.

Positivismo, em conclusão, não é sinônimo de Comtismo. É a oposição do espírito anti-metafísico e científico. Assim, o spencearismo e demais naturalismos do século passado eram positivistas, mesmo não sendo comtistas.

A sua criteriologia e a sua ontologia eram quase idênticas. Portanto o que diferencia uma filosofia de outra, evidentemente não são os pontos de vista sociais e científicos de seus seguidores, e sim a posição inicial do seu fundador: a sua criteriologia e a sua ontologia.

Vindo de onde for, existiu e ainda existe, na mentalidade educacional brasileira, um espírito positivista muito nitidamente caracterizado, que tem viciado toda a nossa pedagogia e posto a perder as melhores tentativas de formação de uma cultura nacional bem orientada.